



1739 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 17 - Educação Ambiental

RESILIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE EDUCADORES SOCIAIS E CRIANÇAS: INTERLOCUÇÕES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Eliane Lima Piske - FURG/PPGEA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A dedicação à pesquisa sobre o acolhimento institucional surgiu da inquietação de duas educadoras ambientais e da necessidade de ampliar os estudos acerca da inclusão social sobre o microssistema instituição. Contexto em que as crianças e os educadores sociais assumem papéis importantes na e com a pesquisa. Fato este que justificou o desejo em ouvir as crianças e os educadores sociais sobre suas percepções no e do ambiente institucional. Tendo em vista esse apontamento, ancoramos dois estudos sendo, uma tese e uma dissertação. Os objetivos foram: aproximação e inserção das pesquisadoras no e com o microssistema instituição de acolhimento; dialogar e entender a interação entre e com as crianças e os educadores sociais a partir das percepções deles; investigar as ações cotidianas do acolhimento institucional. Os resultados apontam que é necessário desenvolver programas de educação profissional para potencializar os papéis assim como, as dimensões de resiliência no desenvolvimento humano de educadores sociais e crianças. Sobretudo, evidenciaram a necessidade do olhar atento e indissociável sobre as realidades e as expectativas para o bem-estar de todos, em consonância com a Educação Ambiental que prevê que os condicionantes sejam e estejam em permanente totalidade.

Introdução

Este estudo irá apresentar a construção de possibilidades dialógicas, já que é resultado de duas pesquisas que foram realizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande (PPGEA/FURG), que tiveram similaridades no que se refere ao microssistema de investigação: o contexto ecológico de acolhimento. Além disso, teve em comum a base teórica e metodológica: a bioecologia do desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 2011) e a inserção ecológica (CECCONELLO; KOLLER, 2004), que por si só proporciona o ineditismo da escrita. Casualmente, a motivação pessoal para a realização dos estudos sendo, uma delas uma dissertação e a outra uma tese, ambas realizadas em instituição de acolhimento e pela linha de pesquisa Educação Ambiental Não Formal (EANF). Além disso, surgiram a partir do envolvimento e atuação das educadoras ambientais no Centro de Referência de Atendimento às Famílias (CRAF/FURG), um programa que integra o ensino, a pesquisa e a extensão por meio dos projetos. Com e pela atuação tivemos algumas questões de pesquisas: será que os educadores sociais se percebem como um sujeito de transformação ou tutores de transformações? Como as crianças se sentem nas instituições de acolhimento?

Em relação às pesquisas tivemos como objetivos: a) aproximação e inserção das pesquisadoras no e com o microssistema instituição de acolhimento; b) dialogar e entender a interação entre e com as crianças e os educadores sociais a partir das percepções deles; c) além de, investigar as ações cotidianas do acolhimento institucional. A junção das pesquisas mobilizou discussões acerca da Educação Ambiental ao envolver os condicionantes em sua totalidade de ações. Nesse movimento Loureiro (2007, 2009, 2012) propõe a Educação Ambiental Crítica pela e com a problematização da realidade, dos valores, dos comportamentos e das atitudes, de uma forma dialógica.

Entendemos que, ao partir das vozes e perspectivas das crianças e dos educadores sociais acerca das relações no microssistema institucional, é possível dialogar e refletir sobre muitas indagações, tendo as crianças e os educadores sociais como atores e protagonistas do processo. A escassa literatura sobre esse tema retratou o déficit de pesquisas e das propostas que tenham a criança ou o educador social como participantes ativos nas metodologias de investigação sobre os ambientes institucionais.

As instituições de acolhimento deveriam ser organizadas em rotinas onde, as crianças participassem de forma ativa dessa organização e planejamento. Além de propiciar novos modelos de socialização e oportunizar as crianças a experimentação de outras trajetórias de vida. Alternativas mais prospectivas àquelas que haviam sido construídas sob condições pouco favoráveis, em espaços por elas frequentadas anteriormente (famílias, comunidades e a rua), e fragilizadas por uma dinâmica risco-proteção bastante flutuante (SANTOS; BASTOS, 2002).

É imprescindível que o educador social perceba seu trabalho e o contexto em que atua, as instituições de acolhimento como oportunidades positivas de desenvolvimento às crianças e adolescentes que ali se encontram. O indivíduo imerso em um meio cheio de significações (...), poderá resignificar ou ter re-significado pelos outros e pelo contexto em que está inserido o sentido de sua existência e de seus atos, atribuído pela cultura, e reorganizar os "destinos" marcados, traçados e anunciados pela exclusão social. (ROSSETI-FERREIRA; SILVA, 2000 p. 17).

A transformação de ambientes pela formação de educadores prevê as interações e reflexões sobre as práticas estabelecidas ao (re)pensar suas atuações com as crianças. É, portanto, nesta perspectiva que o estudo se insere em consonância com a Educação Ambiental Crítica (LOUREIRO, 2007) que, enfatiza olhar e partir da realidade e das situações vivenciadas. As pesquisas em questão focam a educação que se manifesta no microssistema da instituição de acolhimento.

O acolhimento institucional na infância é uma problemática relevante de investigação, por estar presente na realidade de muitas famílias brasileiras em condições socioeconômicas desfavorecidas. As consequências de um período de institucionalização prolongado têm sido pauta de diversas pesquisas, por interferirem na sociabilidade e na manutenção de vínculos afetivos na vida adulta (ROSSETI-FERREIRA et al., 2012; YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004).

Para Carvalho (2002), o ambiente institucional não se constitui no melhor contexto de desenvolvimento, pois o atendimento padronizado, o alto índice de crianças por cuidadores, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetiva são alguns dos aspectos relacionados aos prejuízos que a vivência institucional pode operar no indivíduo. Contudo, outros estudos apontam as oportunidades oferecidas pelo atendimento em uma instituição, salientando que, em casos de situações ainda mais adversas na família, a instituição pode ser a melhor saída (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006a).

Considerando a história pregressa das crianças e dos adolescentes abrigados, a institucionalização pode ou não constituir um risco para o desenvolvimento. Esta condição dependerá dos mecanismos pelos quais os processos de risco operarão seus efeitos negativos sobre eles. Entende-se o risco como condições ou variáveis que estão associadas a uma alta possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou não desejáveis (YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004).

Em contrapartida, inúmeros fatores de proteção podem operar neste momento. Estes correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a ambientes hostis que predisõem a consequências mal adaptativas. Entretanto, deve-se compreender o conceito de fatores de proteção enfatizando-se uma abordagem de processos, através dos quais diferentes fatores interagem entre si e alteram a trajetória da pessoa, podendo produzir uma experiência estressora ou protetora em seus efeitos (MORAIS; KOLLER, 2004).

Para aclarar a interação desses fatores e impacto deles no desenvolvimento humano, em especial dos educadores sociais com as crianças, abordaremos a seguir o construto de resiliência. Resiliência é o termo que se refere à superação de adversidades em indivíduos, grupos e organizações (YUNES; SZYMANSKI, 2001, YUNES, 2015, TAVARES, 2001). A resiliência vem sendo foco de vários estudos e pesquisas e a maioria dos estudiosos reconhece a resiliência como um fenômeno comum e presente no desenvolvimento de qualquer ser humano (MASTEN, 2001, 2014). Outros destacam ainda a necessidade de cautela no uso *naturalizado* do termo (MARTINEAU, 1999; YUNES, 2001).

Numa tentativa de síntese poderemos afirmar que a resiliência se refere a processos que produzem respostas positivas, exitosas e prospectivas em indivíduos, grupos ou comunidades. Essas respostas emergem diante de crises, desafios e dificuldades de forma a resultar em superação de situações adversas e *crecimento* e fortalecimento com as experiências *negativas*. No Brasil, Yunes (2001, 2003, 2006, 2015) apresenta pesquisas e reflexões sobre resiliência e é uma das precursoras nos estudos da temática, portanto, introduz o vocábulo no mundo acadêmico e científico brasileiro. A partir disso vários outros pesquisadores se debruçaram sobre a temática e a estudam em diversos âmbitos, situações e com vários personagens. O estudo foi realizado com famílias de baixa renda visando investigar aspectos determinantes da resiliência familiar. Foi constatado que fator de risco não é correlato de pobreza, numa compreensão linear de causa-efeito. A pesquisadora deixa claro que é imprescindível identificar os mecanismos geradores do risco e suas consequências, considerando a história de cada pessoa em cada contexto (YUNES, 2001).

Yunes (2001) demonstra ainda uma intensa preocupação conceitual com o termo “resiliência” e chama a atenção para algumas pesquisas que não elucidam o termo, somente o mencionam. Trata-se de um termo complexo e que merece o esforço dos autores na sua definição. Escreve ainda que a maioria das publicações sobre o tema resiliência faz relação com aspectos “positivos” da pessoa, os quais possibilitam que esse supere adversidades. Entretanto, esses estudos também não esclarecem o que é positividade, que é fundamental para avançar nas pesquisas científicas (YUNES, 2001, 2003).

Dados que remete imediatamente aos estudos de Bronfenbrenner (2011) quando aborda a teoria Bioecológica e apresenta o modelo (PPT) Pessoa, Processo, Tempo e Contexto e dá ênfase especial, aos processos proximais da pessoa. As interações do indivíduo em seus contextos, num determinado tempo são fundamentais no desenvolvimento humano e resiliência é considerada um dos sistemas de desenvolvimento humano (MASTEN, 2001, 2014). A resiliência, sem dúvida, é um conceito permeado por ceticismo e isso se deve a falta de metodologias claras, rigorosas para identificá-la e necessita de um “olhar” e uma “ausculta” apurada e aprimorada do pesquisador.

A imersão nessa temática, ponto crucial das leituras e escritas, é fundamental, uma vez que ela é ao mesmo tempo um pano de fundo e um elo que permeará e conectará as discussões e reflexões dos demais temas. Pensar na resiliência no desenvolvimento humano de educadores sociais e crianças das instituições de acolhimento é complexo. Entretanto, motivadas pelo desejo e expectativa prospectiva na melhoria da qualidade dos atendimentos, interações, intervenções e qualidade de vida dos educadores sociais e das crianças elegemos tal temática para constituir e expressar os estudos.

Metodologia

As discussões acerca da instituição de acolhimento, das crianças e dos educadores sociais foram os eixos propulsores das construções que resultaram nas pesquisas: uma dissertação e uma tese. Instituições de acolhimento são espaços transitórios para acolher e proteger crianças e adolescentes, por até dois anos (BRASIL, 2009). No município de Rio Grande/RS, onde as pesquisas foram realizadas temos 6 (seis) instituições de acolhimento, sendo 3 (três) não governamentais, que são mantidas por organizações não governamentais (ONG's), com finalidade filantrópica; outras 3 (três) governamentais que são mantidas e gerenciadas pelo próprio município por meio da Secretaria de Município e Cidadania e Assistência Social (SMCAS). Destas 3, duas são instituições de acolhimento e outra é uma casa de passagem, local transitório até o encaminhamento para uma instituição governamental e/ou não governamental, ou o retorno aos familiares e/ou local de origem. As instituições atendem crianças e adolescentes na faixa etária de zero (0) anos a (18) dezoito anos incompletos.

O contexto da nossa pesquisa é considerado pelo modelo Bioecológico (BRONFENBRENNER, 2011) como um microssistema. Este é definido como “um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas” (BRONFENBRENNER, 2011, p.18). A família, a escola e a instituição de acolhimento são exemplos de microssistemas. O microssistema é o local onde, as pessoas estabelecem relações proximais, assumindo papéis e interagindo. O contexto desta pesquisa é uma instituição de acolhimento que iniciou suas atividades em 1999, por determinação judicial, no intuito de acolher crianças e adolescentes de ambos os sexos com idades entre dois (2) anos e dezoito (18) anos incompletos (RIO GRANDE, 2001 [1]). O número de crianças e adolescentes que a instituição recebe e acolhe é variável, visto que alguns têm passagens transitórias e outros permanecem por longos períodos na instituição.

As pesquisas foram realizadas na instituição de acolhimento governamental, mencionada acima, a qual recebe crianças e adolescentes que foram retirados das famílias de origem. Para o atendimento e cuidado dessas crianças a gama de profissionais que atuam no local corresponde a: Educadores Sociais (monitores/cuidadores, equipe técnica, auxiliares de higienização e cozinheiras), que trabalham em regime celetista e/ou estatutário na instituição de acolhimento governamental. Atualmente atuam nesse contexto: 1 coordenador, 1 assistente social, 1 pedagoga, uma psicóloga, sendo identificados como a equipe técnica. Além de 12 educadores sociais, 2 auxiliares de higienização e 2 cozinheiras. Estes são organizados nos três turnos de 6 horas cada de acordo com a demanda da instituição, conforme o Projeto Político Pedagógico (RIO GRANDE, 2001).

Os participantes foram os educadores sociais e as crianças que estavam acolhidas no período das pesquisas. Reiteramos que a abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner (2011) alicerçou a escrita das duas pesquisas. E metodologicamente alinhamos a inserção ecológica (CECCONELLO; KOLLER, 2004) nos estudos, que somente foram possíveis pelo entrelace com a Educação Ambiental e a resiliência no desenvolvimento humano de profissionais e de crianças. As interfaces entre a Bioecologia do Desenvolvimento Humano e a Resiliência passam a povoar as nossas reflexões como possibilidades concretas de subsidiar ações, intervenções e projetos na superação de cenários e de histórias fragilizadas em que indivíduos se mostram vulneráveis e em situação de risco social e pessoal.

A inserção ecológica na instituição de acolhimento governamental localizada no extremo sul do país, identificou a percepção dos educadores

sociais acerca de seu papel, além do olhar das crianças sobre a rotina e processos na/da instituição. A relação do pesquisador com a teoria quanto mais íntima for, maior será o grau de compreensão e articulação com os dados empíricos. Nessa lógica, aliamos a inserção ecológica e abordagem Bioecológica de Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (2011), teoria que guiou a dissertação de mestrado e a tese de doutorado.

A complexidade da Abordagem Bioecológica de Desenvolvimento Humano está em considerar os diversos contextos, o tempo e o processo, no qual a pessoa está inserida e que afeta e são afetados por ela. Essa teia complexa não é possível de ser dissociada, se nosso desejo é compreendê-la. A compreensão do desenvolvimento humano explica Bronfenbrenner (2011) exige o exame de sistemas de interações múltiplas de processos, de pessoas, contextos e de tempo (PPCT) ao considerar aspectos do meio ambiente além, do mais imediato.

Para dar uma compreensão bioecológica das percepções de crianças sob o acolhimento institucional e sobre a atuação dos educadores sociais, acompanhamos a situação cotidiana de acolhimento das crianças por meio da inserção ecológica (CECCONELLO; KOLLER, 2004), com anotações das observações naturalísticas em diário de campo. O diálogo mais profundo com as crianças sobre seu olhar das instituições de acolhimento permeou essa etapa final assim, como a conversa firmada com os educadores sociais sobre seus papéis. A seguir, serão compartilhados e discutidos os detalhes mais relevantes dos processos investigativos: o contexto, as crianças, os procedimentos de interação com os educadores sociais, a análise de dados e as respectivas reflexões.

Resultados e discussões

Ao caracterizar as funções de seus papéis os educadores sociais citaram desde os cuidados com a higiene, a saúde, a educação, o controle das atividades escolares, as responsabilidades de dar carinho, afeto, aconselhamentos, orientações educacionais e profissionais. Ficou evidente a percepção de um emaranhado de atribuições e conotações que sugerem que os profissionais não têm clareza sobre seu real papel e função na instituição. Além disso, os educadores sociais não percebem a importância de sua presença relacional e as consequências de suas ações na vida e no desenvolvimento das crianças.

Os educadores sociais que atuam nas instituições de acolhimento recebem notícias que não são clarificadas, no sentido de deixar claro para todo o grupo o porquê desta ordem. Muitas vezes, estas notícias são expostas em cartazes na instituição e cada um faz a sua leitura da informação, conseqüentemente, sua interpretação. Este ato remete as várias e múltiplas interpretações e leva a cada um ter autonomia sobre o que fazer com aquela informação. Uma das educadoras sociais relatou que ao chegar ao seu turno^[2] de trabalho viu um comunicado feito pela coordenação: "a partir de hoje os internos não devem receber garfos para se alimentarem" (Maria, 2015^[3]). Contudo, sem explicar o porquê e nem o que deveriam permitir. Por isso ela, que atuava no turno da noite, permitia o uso, visto que não tinha clareza do por que desta norma.

O relato de descontentamento era expresso pelas crianças que, tentavam burlar as regras e usar os talheres já que, tinham dificuldades em cortar os alimentos apenas usando a colher, conforme expressou uma criança: "não sei mais o que fazer, mas, não quero mais comer assim. Quando chego da escola já penso que vou comer só com a colher, não aguento mais isso" (Maria Izabel, 2015). Há muitas feridas nas inter-relações dos educadores sociais e das crianças, algumas superficiais outras profundas, conforme podemos identificar pelo relato dos mesmos. Sendo assim, é preciso identificá-las e tratá-las e para tanto, são imprescindíveis o diálogo e a comunicação clara entre e com as crianças e os educadores sociais.

O estudo ainda constatou que é premente desenvolver programas de educação profissional que potencialize as características pessoais positivas e as dimensões de resiliência para que os educadores possam desempenhar papéis ativos e para o bem-estar de si mesmos e das crianças acolhidas. Os dados apresentam que é necessário um olhar atento e indissociável sobre as realidades, os desejos e as expectativas. Com o intuito de apresentar as manifestações das crianças e dos educadores sociais, organizamos a tabela a seguir:

Tabela 1: percepções das crianças e dos educadores sociais

Educadores sociais	Crianças
Falta de comunicação	Falta de comunicação
Carência de materiais	Carência de brinquedos
Orientações recebidas	Não podem usar facas
Dias estabelecidos para as crianças receberem os familiares	Não podem receber os amigos
Desconhecimento das normas	Tias mais permissivas
Manter a segurança	Não podem usar a piscina e os computadores
Poucos profissionais e/ou ainda, afastadas por problemas de saúde	Muitas trocas de tias

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras

Investigar com as crianças suas percepções acerca da instituição de acolhimento evidenciou que elas querem e precisam compartilhar suas aprendizagens e carecem de espaços para contar sobre suas vidas. Evidenciamos também, por meio do diálogo com os educadores sociais, a manifestação do desejo de serem ouvidos no e com o processo de acolhimento e que seja um (re)pensar coletivo. Os resultados apontaram que as crianças percebiam a instituição de acolhimento como um lugar físico sendo, transitório para uns e permanentes para outros. Os educadores sociais manifestaram a necessidade de uma formação que auxilie os educadores a (re)significar seu papel e suas atribuições no microsistema instituição já que, também percebem o espaço como um lugar físico onde, precisam trabalhar.

Outro aspecto relevante evidenciado nas pesquisas é a necessidade de um espaço para o diálogo entre os educadores sociais e toda a equipe que atua no microsistema instituição de acolhimento. Estabelecer espaços e tempos que permitam canais de comunicação sobre rotina, procedimentos, carências e necessidades das crianças e dos educadores sociais nos processos de acolhimento é imprescindível. Tal fato pode potencializar aspectos essenciais para ressignificação do papel do educador social e significar sua atuação como um tutor de resiliência e conseqüentemente transformar o microsistema instituição de acolhimento.

Sendo assim, os resultados compartilhados entre e com as crianças e os educadores sociais indicam a necessidade e urgência de um planejamento e uma melhor organização física do espaço. Sugeriram que sejam estruturados programas permanentes entre e com os

educadores e as crianças em contexto profissional. O que nos possibilitou chegar a resiliência, já que é uma possibilidade aos estudos no e com o ambiente que precisa ser propulsor de uma sensibilidade ambiental para e com o desenvolvimento humano em presença de uma comunicação pela transformação da responsabilização individual no e com o coletivo de atores.

Considerações finais

As interfaces entre a resiliência no desenvolvimento de educadores sociais e crianças no contexto de instituição de acolhimento e a Educação Ambiental foram o mote das pesquisas. A abordagem bioecológica de desenvolvimento humano permitiu visualizar possibilidades de transformar o microsistema. Concluímos que a reflexão dos educadores sociais e o diálogo entre eles por meio de canais claros e coesos de comunicação podem ressignificar seus papéis dentro da instituição de acolhimento na interação e nas intervenções com as crianças.

Fato que coaduna com os princípios da Educação Ambiental que busca a melhoria na qualidade de vida tanto do indivíduo como da coletividade, através da reflexão crítica da realidade. O estudo indica que o educador social por meio de programas de formação pode sair da condição passiva de coadjuvante e assumir outra condição ativa de protagonista da sua história e ser um tutor de resiliência de outras personagens em risco social, como as crianças acolhidas por eles.

Os participantes, tanto educadores sociais quanto as crianças, evidenciaram por meio de fala e registros que as práticas educativas que envolvem os bons tratos, as relações de apego, a afetividade estabelecem e fortalecem os vínculos entre os profissionais e destes com as crianças em situação de acolhimento institucional. Os processos formativos promovem o diálogo no momento em que há interações, toque, aproximações e a(fas)tamentos.

A resiliência no desenvolvimento humano de educadores sociais e crianças pode reconfigurar o ambiente e tornar o cenário mais seguro e protetivo para qualificar as relações e potencializar as interlocuções com a Educação Ambiental. Contudo, alertamos que essa reconfiguração do ambiente não se dá ao acaso, exige planejamento, empreendimento e o olhar cuidadoso do pesquisador, tanto para a projeção da ação, da intervenção quanto da sua análise e acompanhamento.

Referências

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento Humano: tornando os seres humanos mais humanos**/ U. Bronfenbrenner; tradução: André Carvalho- Barreto; revisão técnica: Sílvia H. Koller. -Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Porto Alegre: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/RS, 2009.

CARVALHO, A. M. Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e limites. *In*: LORDELO, E.R.; CARVALHO, A.M. & KOLLER, S.H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p 14-19, 2002.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. **Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco**. *In*: KOLLER, S. H. (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LOUREIRO, C.F.B. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. *In*: LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO Ronaldo S. de. (Orgs). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate** 7ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, C.F. B., BARBOSA, G. L., ZBOROWSKI, M. B. Os vários "ecologismos dos pobres" e as relações de dominação no campo ambiental. *In*: LOUREIRO, C. F.; Layargues, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios. *In*: MEC/MMA. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**, Brasília: p.65-72, 2007.

MARTINEAU, S. Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to "kids at risk". Tese de Doutorado, The University of British Columbia, 1999.

MASTEN, A. S. **Ordinary magic: Resilience in development**. New York, NY: Guilford, 2014.

MORAIS, N. A.; KOLLER, S. H. Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: a ênfase na saúde. *In*: KOLLER, S.H. (Ed.), **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RIO GRANDE. **Projeto Político Pedagógico das Instituições Governamentais**. Secretaria Municipal de Assistência Social, 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; ALMEIDA, I. G.; COSTA, N. R. A.; GUIMARÃES, L. A.; MARIANO, F. N.; TEIXEIRA, S. C. P. & SERRANO, S. A. Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.25, n.2, p.390-399, 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; SILVA, A. P. S. **Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: revisão bibliográfica à luz da perspectiva de rede de significações**. Manuscrito não-publicado. Curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2000.

SANTOS, M. F.; BASTOS, A. C. S. **Padrões de interação entre adolescentes e educadores num espaço institucional: resignificando trajetórias de risco**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 45-52, 2002.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. **Instituições de abrigo: família e rede social e afetivo em transições ecológicas na adolescência**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006a.

TAVARES, J. **A resiliência na sociedade emergente**. In: TAVARES J. (Org.) *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda** Tese de doutorado-não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

YUNES, M. A. M. Dimensões conceituais da resiliência e suas interfaces com risco e proteção. In: MURTA, S.G.; FRANÇA, C.L.; BRITO, K.; POLEJACK, I. (Org.). *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção*. 1ª ed. Novo Hamburgo: **Synopsis**, p. 93-112, 2015.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família [Versão eletrônica] **Psicologia em Estudo**, v.8 Num.Especial, 75-84, 2003.

YUNES, M. A. M. & SZYMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. In: TAVARES J. (Org.) *Resiliência e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

YUNES, M. A. M.; MIRANDA, A. T.; CUELLO, S. E. S. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: KOLLER, S. H. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 197-218, 2004.

[1] Projeto Político Pedagógico da Instituição de Acolhimento aprovado em 2001.

[2] Usam muito a expressão turno de trabalho e não dia de trabalho, como relataram dá a impressão de que vão se livrar mais cedo do trabalho, visto que o dia dá a sensação de ser mais longo.

[3] Os educadores sociais e as crianças serão identificados por nomes fictícios para preservar suas identidades. Vale mencionar que, os educadores sociais assinaram o termo livre e esclarecimento assim como, as crianças que fizeram desenhos manifestando o desejo em participar da pesquisa.